

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

DIVISÃO REQUISITANTE: Divisão e Eficiência Energética e Mecânica
SOLICITAÇÃO DE COMPRAS: Nº 001160/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Registro de preços para contratação de empresa especializada, (que tenha maquinários e equipamentos adequados), para prestação de serviços não continuados de **fornecimento de materiais e serviços para manutenção corretiva e programada em cruzetas, isoladores e mufas elétricas de postes** das ETAs, Elevatórias, Poços, Reservatórios e Captações, pertencentes ao DAAE Araraquara.

1.2 – Os serviços serão executados nos seguintes postos:

Item	Unidades Consumidoras	Locais
01	POÇO SANTA LUCIA	Av. Afonso Lombardi, 200 - 14800-560
02	CAPTAÇÃO DE ÁGUAS DA ANHUMAS I	-21.76545, -48.04912
03	CAPTAÇÃO DE ÁGUAS DO PAIOL	Av. Augusto Bernardi, 1134
04	CAUD – CENTRAL DE ATENDIMENTO	Avenida José Parisi, 529
05	CPR FLORA	Av. Clarisse Caratti Pagliarini, -21.72100, -48.16992
06	CPR IGUATEMI	R. Amauri Pinto de Castro Monteiro, 1330
07	CPR PLANALTO	-21.73729, -48.19275
08	CPR PARQUE SÃO PAULO	AV RITA MARQUES SOSSAI, frente ao nº 35
09	CPR SÃO RAFAEL	R. Lázaro Mendes Ferreira, -21.74640, -48.13743
10	CPR VICTORIO DE SANTI	R. Alcício Torres, 1
11	ELEVATORIA ANHUMAS – II	-21.76863, -48.07945
12	POÇO ALDO LUPO	Rua José Sabeh Harb, sn -21.83053, -48.11978
13	POÇO CRUZES	Rua Henrique Lupo, 2001
14	POÇO OURO	Avenida José Kina, sn -21.80169, -48.12594
15	POÇO PROFUNDO PINHEIRINHO	CRT 166A, -21.76571, -48.12937
16	POÇO RODOVIA	6V9M+9R, -21.78158, -48.11546
17	POÇO SANTA MARTA	Av. gerald magrini, -21.81714, -48.15028
18	POÇO SANTANA N 2	Av. Barroso, 2450
19	POÇO SELMI DEI – II	Prof. Carlos Alberto A. C., -21.7225, -48.14770
20	POÇO SELMI DEI – I	Av. Alziro Zarur, -21.73413, -48.15229
21	POÇO UNIVERSAL	Av. Paulino Rodella, -21.79282, -48.211241
22	POÇO ZANIN	R. Pau Brasil, s/n, -21.82749, -48.17959
23	RESERVATORIOS 13 E 07	R. Mato Grosso, s/n, -21.775833, -48.154167
24	ESCRITORIO SEDE	Rua Domingos Barbieri, 100
25	CAPTAÇÃO DE ÁGUA CRUZES	Av. Napoleão Selmi Dei, s/n, -21.75771, -48.17850
26	ETA PAIOL	R. José Palamone, sn, -21.76027, -48.19972
27	POÇO JATOBÁ	R. Pt Roberto Casimiro da Silva, 326
28	RESERVATÓRIO RODOVIA	6V9M+9R, -21.78158, -48.11546

Tabela 1 – Locais para manutenções programadas e corretivas

1.3 – Critério de Julgamento: menor preço por lote

1.4 – Os bens objeto desta contratação são caracterizados como COMUNS, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste termo de referência.

1.5 – O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818 de 27 de setembro de 2021.

1.6 – O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da data de celebração do contrato.

1.7 – O contrato ou outro instrumento oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8 – O valor estimado total da presente contratação é de R\$ 688.612,05 (Seiscentos e oitenta e oito mil, seiscentos e doze reais e cinco centavos).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 – A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – SUBCONTRATAÇÃO

4.1.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 – GARANTIAS

4.2.1 – Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar

4.3 – VISTORIA

4.3.1 – Os licitantes **poderão** conhecer os locais onde serão prestados os serviços, bem como as dificuldades existentes. A visita poderá ser realizada até 03 (três) dias úteis anterior à data da sessão. Esta visita técnica deverá ser agendada junto a Chefia da Divisão de Eficiência Energética e Mecânica, pelo representante da licitante, no horário das 09h30min às 16h00min, através do telefone (16) 3324-9567 (Alex), com apresentação da devida identificação.

4.3.2 – Caso o licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá preencher a DECLARAÇÃO QUE DISPENSA A VISITA TÉCNICA.

4.3.2.1 – A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.3.3 – O ATESTADO DE VISITA TÉCNICA ou a DECLARAÇÃO QUE DISPENSA A VISITA TÉCNICA, devidamente preenchida e assinada deverá constar nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, sendo inclusive, considerando como requisito para HABILITAÇÃO da licitante, conforme autoriza o §2º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO



5.1.1 – A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: Início da execução do serviço será em até 10 (dez) dias após a execução da nota de empenho.

5.1.1.1 – *Descrição detalhada sobre como a licitante deverá executar os serviços:*

5.1.1.2 – Desligamento e aterramento da linha com segurança (Marcar com DAAE para agendar com CPFL o desligamento da linha.

5.1.1.3 – Desmontagem da estrutura danificada, recuo dos cabos de linha para permitir retirada e manuseio de retirada e instalação de nova estrutura.

5.1.1.4 – Manobra com guincho caminhão com cesto aéreo isolado com cestinha para trabalho em altura (Profissional habilitado com Nr35);

5.1.1.5 – Montagem da nova estrutura cruzetas, isoladores, amarrações, mão francesas, abraçadeiras, parafusos, porcas e arruelas do recebimento dos cabos de transferência;

5.1.1.6 – Reposicionar, esticar e fixar linha (3X11,9kV), esticar e fixar;

5.1.1.7 – Verificar, certificar, registrar (fotos) antes e depois da conclusão;

5.1.1.8 – Inspeccionar, desacoplar aterramento preventivo e religar linha com as devidas autorizações;

5.1.1.9 – Limpeza do local da Obra e descarte dos materiais danificados, substituídos;

5.1.1.10 – Relatório de aprovação e aceitação do tomador do serviço.

5.2 – LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.2.1 – Os serviços serão prestados nos endereços da tabela 1 deste Termo de referência;

5.2.2 – Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira das 7:00 às 18:00, marcados com antecedência com o Gestor ou Fiscal do contrato, conforme necessidades do DAAE – Araraquara.

5.3 – MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.3.1 – Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramenta e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

LOTE 01			
Item	Material	Unid.	Quant.
01	Cruzeta Polimérica para rede aérea fabricada em plástico reciclado por processo de extrusão, resistente a radiação UV, 2400 mmm ruptura 800 dAN	pç	50
02	Armação secundária de um estribo de 110 mm com haste de 125 fabricado em aço carbono com acabamento em zincagem	pç	100
03	Cabo de cobre nú tempera mole, meio dura, encordoamento classe 2A 50 mm ²	mt	60
04	Conector terminal a compressão cabo-barra 1 furo de 14mm ² para cabo de 50 mm ²	pç	100
05	Isolador pilar de porcelana, classe 15 KV	pç	100
06	Laço preformado lateral duplo para cabo, de alumínio 336,4MCM	pç	200

	CA/CAA dornecido com coxim de elastômero para envolver o condutor		
07	Mão francesa perfilada de cantoneira ou chapa de aço carbono, acabamento em zincagem por imersão a quente, espessura mínima de 5mm, carga de ruptura mínima de 5mm, carga de ruptura mínima de 5000dAN	pç	100
08	Mufla Terminal a frio para uso externo (TME), tensão máxima de operação 12,20kV, fornecido com tubo de alívio de capo elétrico em EPDM, salas isolantes a base de silicone, cobertura de aterramento, mastic, fita de auto-fusão, fita semicondutora, fita plástica, graxa isolante, cordoalha de aterramento, material de limpeza, para cabo isolado de cobre/alumínio de 120mm²	pç	24
09	Mufla Terminal a frio para uso externo (TME), tensão máxima de operação 12,20kV, fornecido com tubo de alívio de capo elétrico em EPDM, salas isolantes a base de silicone, cobertura de aterramento, mastic, fita de auto-fusão, fita semicondutora, fita plástica, graxa isolante, cordoalha de aterramento, material de limpeza, para cabo isolado de cobre/alumínio de 240mm²	pç	12
10	Pino para isolador, tipo PILAR, para fixação em cruzeta, fabricado em aço1010/1020, galvanizado a fogo, roqueado	pç	100
11	Suporte inclinado 45°, fabricado em aço galvanizado, fornecido com parafusos, porcas e arruelas p/ instalação de chave faca.	CJ	21
12	Suporte tipo L para cruzeta em aço carbono, acabamento em zincagem por imersão a quente, fornecido com chapa de aço de 165x32x6mm, dois parafusos cabeça abaulada M12X150mm com porca quadrada e arruela lisa e um parafuso cabeça abaulada M12x40mm com porca quadrada e arruela lisa.	CJ	50
13	Isolador de suspensão (disco) para ancoragem polimérico, classe 15 kV	pç	30
14	Parafusos rosca dupla 5/8" para fixação	pç	100
15	Para-raios polimérico 15kV	Pç	60
16	Grampo de ancoragem universal 15/35kV 50mm/150mm	pç	60
17	Materiais diversos, porcas, parafusos, cabos e equipamentos para manutenção em linhas de média tensão	kit	100
18	Eletroduto rígido de aço galvanizado a fogo, classe pesada, com superfície interna sem rebarbas ou arestas cortantes, com liva em uma extremidade e unidade protetora pa outra, rosca BDP, fabricado conforme norma NBR 5597, em barra de 3 metros de comprimento, diâmetro de 1".	pç	12
19	Poste de concreto circular , 12 metros, conforme ABNT NBR-8451 e NBR-8452	pç	3
20	Serviço de manutenção programada, reaperto de parafusos e verificação de isolamento (incluindo troca de parafusos, porcas, arruelas, guincho com cesto isolado), com dois funcionários habilitados NR-10 e guincho	Hora.	600
21	Serviço de manutenção corretiva, troca de cruzetas, isoladores, mufla e outro material necessário para garantir o com funcionamento das instalações(incluindo troca de parafusos, porcas, arruelas, guincho com cesto isolado)	Hora.	600
22	Serviço de manutenção corretiva, troca de postes, cruzetas, isoladores, mufla e outro material necessário para garantir o com funcionamento das instalações(incluindo troca de parafusos, porcas, arruelas, guincho com cesto isolado e caminhão munk), com dois funcionários habilitados NR-10 e guincho	Hora.	60

Tabela 2 – Quantidade de materiais/serviços para Fornecimento/Instalação a serem contratados

5.4 – ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO

5.4.1 – O prazo de garantia contratual do serviço, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) será de, no mínimo 6 (*seis*) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5 – UNIFORMES

5.5.1 - Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.5.2 - O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.5.2.1 – Conjunto composto por camisa de manga longa e calça operacional, calçados de segurança com isolamento elétrico e sem componentes metálicos, além de vestimenta de alta visibilidade para trabalhos em vias públicas (Conformidade: NR-10 e NBR 15292);

5.5.2.2. – Fornecer 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação (Conformidade: NR-6);

5.5.3 - As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.5.3.1 – Tecido com tecnologia retardante de chamas e proteção contra arco elétrico, apresentando nível de proteção (ATPV) mínimo de 8 cal/cm², devendo possuir Certificado de Aprovação (CA) válido para proteção térmica (Conformidade: NR-10 e normas NFPA 70E / IEC 61482);;

5.5.3.2 – Vedação total de componentes condutores (botões e zíperes não metálicos ou protegidos por lapela do próprio tecido), garantindo a ausência de adornos ou acessórios que possam aumentar a condutividade elétrica (Conformidade: NR-10);

5.5.4 – No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.5.5 – Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. É vedada a utilização de WhatsApp.

6.4 – O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.6.1 – A gestão e fiscalização do respectivo contrato serão realizadas pelos seguintes servidores:

. **FISCAL DO CONTRATO:** Alex Barbosa Camilo – MATRÍCULA Nº 1880 – nomeado pela Chefia da Divisão de Eficiência Energética e Mecânica

. **GESTOR DO CONTRATO:** Elisandro Pereira Silva – MATRÍCULA Nº 1273 – Chefe da Divisão de Eficiência Energética e Mecânica.

. **APOIO TÉCNICO** para acompanhamento deste processo o servidor Cícero da Costa Rocha, Matrícula nº 845.

6.6.1.1 – No caso de ausência dos servidores designados no item acima, ficam designados os servidores como substitutos:

. **FISCAL DO CONTRATO:** Julia Scrochio Rudge Furtado – MATRÍCULA Nº 1682 – nomeada pela Chefia da Divisão de Eficiência Energética e Mecânica.

. **GESTOR DO CONTRATO:** Cícero da Costa Rocha – MATRÍCULA Nº 845 – nomeado pela Chefia da Divisão de Eficiência Energética e Mecânica.

6.6.2 – CABE AO FISCAL DO CONTRATO:

. Acompanhar a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para saná-la;

. Informar ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor;

. Comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

No primeiro mês da prestação dos serviços, o fiscal do contrato deverá solicitar da Contratada, apresentação da seguinte documentação:

- . Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- . Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
- . Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- . Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item acima deverão ser apresentados.
- . Relação de Funcionários;
- . Holerites dos Funcionários;
- . Tabelas GFIP – SEFIP;
- . Guia de recolhimento do FGTS (GRF);
- . Comprovante de Pagamento – FGTS;
- . Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- . Guia da Previdência Social (GPS);
- . Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- . Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças e/ou Fazenda.
- . Solicitar da contratada, a entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - . entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato;
 - . termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - . guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - . extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - . exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- . A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- . O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.6.3 – CABE AO GESTOR DO CONTRATO:

- . Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;
- . Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- . Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- . Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- . Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções previstas no artigo 156 inciso III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e encaminhar o respectivo processo para a Unidade de Gestão de Contratos;
- . Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- . Enviar a documentação pertinente para o procedimento de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. PAGAMENTO

- 7.1 – Os preços são irrevogáveis por um período de 12 (doze) meses, e incluem todas as taxas ou despesas adicionais, tais como transporte, carga, descarga de equipamentos, funcionários, e demais despesas. Qualquer item não mencionado será considerado como incluído nos preços propostos.
- 7.2 – Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra especializada, materiais, equipamentos, encargos, leis sociais, BDI, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços, objeto desta licitação.
- 7.3 – Em caso de renovação contratual, o índice a ser aplicado para o reajuste contratual será o IPCA/IBGE acumulado no período.
- 7.4 – Para solicitar a repactuação, a Contratada deverá observar o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.
- 7.5 – A repactuação será precedida de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção, ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.6 – O prazo para resposta ao pedido de repactuação mencionado na cláusula anterior será de 01 (um) mês contado da data do fornecimento da documentação acima mencionada.

7.7 – A Nota Fiscal Eletrônica/Fatura deverá ser emitida em nome da Licitante Vencedora e acompanhar a execução do material, destacando em seu corpo o número de contrato/empenho, a modalidade licitatória e o número da licitação.

7.8 – A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada para os seguintes e-mails: gmem@daaeararaquara.com.br / gadm@daaeararaquara.com.br / ume@daaeararaquara.com.br / nfe@daaeararaquara.com.br

7.9 – Também vinculada à fatura, a licitante vencedora deverá destacar no corpo da Nota Fiscal as seguintes retenções: **ISSQN, INSS e IRPJ**, quando estas forem obrigatórias. Em caso negativo, a licitante vencedora deverá apresentar declaração formal de que é beneficiária de tais isenções.

7.10 – Os pagamentos serão efetuados no 5º (quinto) dia útil após a aprovação da Nota Fiscal/Fatura pelo Ordenador de Despesas.

7.11 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, devendo a licitante vencedora informar o número do banco, da agência e da conta bancária, ou através de banco credenciado.

7.12 – Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à execução do presente Contrato, cabendo ao CONTRATANTE exclusivamente o pagamento da importância contratada.

7.13 – No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da contratante, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 – Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3 – Dos tipos de multa:

a) **MORATÓRIA:** Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato/ata, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato/ata.

b) **COMPENSATÓRIA:** Pela inexecução total ou parcial do contrato/ata, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida do contrato/ata.

8.4 – A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.5 – Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.6 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

8.8 – A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9.1 – Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

8.9.2 – Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.10 – Na aplicação das sanções serão considerados:

8.10.1 – a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.10.2 – as peculiaridades do caso concreto;

8.10.3 – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.10.4 – os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.10.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei.

8.12 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou

para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.13 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade na relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

8.14 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 – O Fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2 - REGIME DE EXECUÇÃO

9.2.1 – O regime de execução do objeto será de *contratação por tarefa*.

9.3 – O valor estimado da presente contratação é de R\$ 688.606,54 (seiscentos e oitenta e oito mil, seiscentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL/PROFISSIONAL

9.5.1 – Registro OU Inscrição da proponente na entidade profissional competente, da localidade da sede da proponente;

9.5.2 – Para a comprovação da CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL, a licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado (s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que correspondem em aproximadamente 50 % do quantitativo do objeto contratual, admitindo-se a somatória de atestados concomitantes, inclusive, tendo como parcela de maior relevância:

– Manutenção corretiva e programada em cruzetas, isoladores e muflas elétricas de postes.

9.6 – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA P/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

9.6.1 Fornecedor de mão de obra qualificada, compatível com os serviços a serem executados.

9.6.2 A Contratada será a única e exclusiva responsável pelas condições de segurança, de seus colaboradores e de terceiros, devendo dispor de todos os EPI's e EPC's necessários à sua execução.

9.6.3 A Contratada deverá cumprir todas as exigências constantes do Sistema de Gestão da Qualidade – Procedimento P030 do DAAE, conforme documento anexo.

9.6.4 Antes do início dos serviços, todos os colaboradores da contratada que prestarão serviços, deverão obrigatoriamente participar da palestra de integração, administrada pelos técnicos de segurança do trabalho do DAAE.

9.6.5 O Treinamento de integração de Segurança no Trabalho deverá ser agendado junto a Gerência de Manutenção Eletromecânica do DAAE, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência, onde a Contratada entregará cópia da CTPS e do livro de registro dos funcionários que participarão da obra.

- 9.6.6 Cumprir integralmente a legislação trabalhista vigente, devendo seus colaboradores apresentar-se devidamente uniformizados e com todos os EPI's e EPC's, necessários à realização dos serviços.
- 9.6.7 A hospedagem, alimentação e transporte serão de inteira responsabilidade da contratada;
- 9.6.8 A Contratada deverá planejar, programar, organizar e propor, em conjunto com a Contratante os serviços a serem executados.
- 9.6.9 A obra deverá ser entregue totalmente limpa.
- 9.6.10 Todo o serviço deverá ser executado por profissionais comprovadamente qualificados e experientes no ramo de atividade, sempre obedecendo as Normas e diretrizes de Segurança do Trabalho e das Normas Técnica Regulamentadoras para obras e serviços de Engenharia da ABNT;
- 9.6.11 A Contratada deverá manter o pessoal em serviços devidamente uniformizado, portando obrigatoriamente carteira de identidade funcional;
- 9.6.12 Todos os materiais empregados na obra deverão ser de primeira qualidade, primeiro uso, se enquadrar rigorosamente nas Normas Brasileiras, possuindo assim garantia contra defeitos de funcionamento, fabricação e instalação;
- 9.6.13 A Contratada obriga-se a refazer todos os trabalhos rejeitados pela fiscalização, ficando por sua conta todas as despesas decorrentes das referidas reconstruções;
- 9.6.14 Ficará a cargo da Contratada o fornecimento e a fiscalização da obrigatoriedade do uso dos EPI's e EPC's, em cumprimento à Lei 6.514 de 22/12/77 e das normas regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3.214 de 08/06/78, inclusas na C.L.T., ficando a Contratante com a faculdade de embargar a obra pelo descumprimento da obrigatoriedade de uso;
- 9.6.15 Ficará a cargo da Contratada toda a sinalização visual de advertência e outras, e caberá a ele a responsabilidade direta por acidentes que venham a ocorrer diretamente ou indiretamente com terceiros;
- 9.6.16 Na ocorrência de equipamentos danificados no conjunto, o DAAE poderá solicitar troca dos mesmos;
- 9.6.17 Todos os equipamentos e ferramentais necessários, entre outros que venham a ser necessários, serão fornecidos pela Contratada, em ótimas condições de uso;
- 9.6.18 Por conta exclusiva da Contratada correrão todos os ônus, tributos, taxas, impostos, encargos, contribuições ou responsabilidades outras quaisquer, sejam de caráter trabalhista, previdenciário, acidentário, comercial, social ou outras, quer sejam de competência Fazendária ou não e os saldará diretamente junto a quem de direito, sem prejuízo da eventual retenção e recolhimento pela autarquia, por expressa disposição legal ou contratual.
- 9.6.19 A Contratada deverá manter o local constantemente limpo e organizado durante o período de execução dos serviços, sendo que todo resto de materiais, entulhos, e outros materiais inservíveis, deverão ser encaminhados para locais autorizados e classificados, de acordo com seu tipo e somente depois de autorizado pela fiscalização do DAAE.
- 9.6.20 Transporte dos colaboradores da empresa para execução dos serviços será de responsabilidade da Contratada.
- 9.6.21 Transporte carregamento e descarregamento de peças serão por conta da Contratada.

- 9.6.22 Ferramental necessário para a realização dos serviços de isolamento, corte e quaisquer outros para o trabalho (testador de linha viva, mantas isolantes, caminhão muck com cesto isolado, e demais que mostrem necessários).
- 9.6.23 Fornecimento de materiais consumíveis gastos para realização dos serviços, tais como: fita isolante, arames, porcas e parafusos.
- 9.6.24 Fornecimento de veículos, máquinas, equipamentos e mão de obra especializada, compatível com os serviços a serem realizados.
- 9.6.25 Em execução de serviços com caminhão com cesto aéreo isolado, a Contratada deverá elaborar relatório com as informações dos locais e horas utilizadas, quando da entrega das notas fiscais dos serviços que foram executados.
- 9.6.26 O operador do caminhão com cesto aéreo isolado (guindauto) deverá estar devidamente habilitado e capacitado em operações de movimentação de cargas para operação do caminhão com cesto aéreo isolado, obedecendo às normas vigentes.
- 9.6.27 É de responsabilidade da Contratada toda e qualquer manutenção do caminhão e do equipamento caminhão com cesto aéreo isolado para que estejam em boas condições de uso.
- 9.6.28 A locação do caminhão com cesto aéreo isolado será agendada conforme a necessidade da autarquia, durante a vigência do contrato.
- 9.6.29 Para a locação do caminhão com cesto aéreo isolado deverão estar previstos todos os encargos com operador, locomoção, combustível e demais encargos.
- 9.6.30 A Contratada deverá tomar as providências necessárias quanto à segurança dos equipamentos e ferramentas;
- 9.6.31 A Contratada deverá prever e dispor de equipes suficientes para até duas frentes de trabalho de serviços que possam ocorrer simultâneos no contrato.
- 9.6.32 A Contratada deverá utilizar nas obras apenas materiais e equipamentos em conformidade com os padrões e normas técnicas e de segurança aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela manutenção, qualidade e quantidade dos mesmos.
- 9.6.33 A Contratada deverá ressarcir todos os danos causados ao DAAE ou a terceiros, por motivo de dolo, negligência, imprudência ou imperícia, por ação ou omissão de seu pessoal ou de prepostos.
- 9.6.34 Verificar as condições de segurança da obra tomando as medidas necessárias para atendimento das normas vigentes e fazer cumprir os procedimentos do edital, deste anexo e seus projetos.
- 9.6.35 Todos os equipamentos e componentes deverão estar em boas condições de conservação, para que a fiscalização do DAAE possa vistoriá-los, antes do início das operações.
- 9.6.36 O acesso ao local da obra, a adequação do terreno, caso necessário, a desmontagem e montagem, bem como, toda carga e descarga de materiais e equipamentos serão de inteira responsabilidade da Contratada, com o fornecimento da mão de obra, caminhão com cesto aéreo isolado, máquinas de solda e equipamentos de segurança necessários.
- 9.6.37 A Contratada, onde houver deficiência de iluminação, deverá prover recursos para suprir, tais como gerador ou outras formas para iluminação local.



9.6.38 O pagamento dos serviços deverá ser solicitado pela Contratada, via protocolo, devendo apresentar relatório fotográfico, colorido, mostrando as etapas de execução dos serviços.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

11. DOS ANEXOS

11.1 – Anexo I – Termo de Referência;

11.1.1 – Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

11.2 – Anexo II – Planilha de Composição de Preços;

11.3 – Anexo III – Planilha Estimativa de Preços;

11.4 – Anexo IV – Análise de Risco;

11.5 – Anexo V – P30

Demais anexos que a divisão achar necessário.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, 27 DE JANEIRO DE 2026

Eng.º Alex Barbosa Camilo
Engenheiro Eletricista
Subdivisão de Manutenção Elétrica

Elisandro Pereira Silva
Chefe da Divisão de
Eficiência Energética e Mecânica